



SERPRO

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 5: Analista — Especialização: Recursos Humanos

Caderno de
Provas Objetivas e Discursiva

MANHÃ

Aplicação: 4/4/2004

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Seleção e de Desenvolvimento de Pessoal

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, devidamente ordenados da 1 a 125, e a prova discursiva, acompanhada de uma página para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala o mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso; a ausência de resposta dirija do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde 1,00 ponto conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SERPRO, de 3/2/2004.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluindo o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto definitivo escrito a lápis ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva as folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 5/4/2004 – Divulgação, a partir das 10h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos endereços e horários do CESPE/UNB, em Brasília.
- II 6 e 7/4/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e nos horários que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 4/5/2004 – Data prevista para a divulgação (para a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 6 e 7/5/2004 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente nos locais e nos horários que serão informados na divulgação desses resultados.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2004 – SERPRO, de 3/2/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no site <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticas, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos Básicos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O multiculturalismo pode ser visto como um sintoma de transformações sociais básicas, ocorridas na segunda metade do século XX no mundo todo pós-segunda guerra mundial. Pode ser visto também como uma ideologia, a do politicamente correto, ou como aspiração, desejo coletivo de uma sociedade mais justa e igualitária no respeito às diferenças. Conseqüência de 4 múltiplas misturas raciais e culturais provocadas pelo incremento das migrações em escala planetária, pelo desenvolvimento dos estudos antropológicos, do próprio direito e da lingüística, além das outras ciências sociais e humanas, o multiculturalismo é, antes de mais nada, um questionamento de fronteiras de todo o tipo, principalmente da monoculturalidade e, com esta, de um conceito 7 de nação que nela se baseia. Visto como militância, o multiculturalismo implica reivindicações e conquistas por parte das chamadas minorias. Reivindicações e conquistas muito concretas: legais, políticas, sociais e econômicas.

10 Para a maior parte dos governos, grupos ou indivíduos que não conseguem administrar a diferença e aceitá-la como constitutiva da nacionalidade, ela tem de estar contida no espaço privado, em guetos, com maior ou menor repressão, porque é considerada um risco à identidade e à unidade nacionais. Mas não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma homogeneização forçada, em grande parte 13 artificial.

16 O multiculturalismo é hoje um fenômeno mundial (estima-se que apenas de 10% a 15% das nações no mundo sejam etnicamente homogêneas). Costuma, porém, ser considerado um fenômeno inicialmente típico dos Estados Unidos da América (EUA), porque este país tem especificidades que são favoráveis à sua eclosão. Essa especificidade é histórica, demográfica e institucional. Mas outros países que não necessariamente têm as mesmas condições também apresentam esse fenômeno. Entre esses, Canadá, Austrália, México e Brasil, especialmente devido à presença de minorias nacionais autóctones por longo tempo 19 discriminadas. Canadá e Austrália têm sido apontados como exemplares, devido a algumas conquistas fundamentais e relativamente recentes. Mesmo na Europa há minorias que hoje reivindicam seu reconhecimento e, às vezes, como no caso dos bascos na Espanha, de forma violenta. Conflitos e contradições também se encontram na França e na Alemanha. Na França, o caso 22 do véu islâmico fala por si só e, na Alemanha, a discussão interminável sobre a integração dos turcos e o direito à dupla nacionalidade voltam sempre.

Ligia Chiappini. In: CULT, maio/2001, p. 18 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às idéias, à correção gramatical, à tipologia textual e às estruturas morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima.

1 Na introdução do texto, nos dois primeiros períodos (l.1-3), a conceituação de multiculturalismo que o autor apresenta está coerentemente representada no quadro abaixo.

| multiculturalismo | | | |
|-------------------|--------------------------------------|--------|--|
| ponto de vista | o que é? | | especificação |
| social | um sintoma de transformações sociais | quais? | ocorridas na segunda metade do século XX no mundo todo pós-segunda guerra mundial. |
| político | uma ideologia | qual? | a do politicamente correto. |
| psicológico | uma aspiração, um desejo coletivo | qual? | de uma sociedade mais justa e igualitária no respeito às diferenças. |

2 O sentido se mantém e a construção continua correta se a oração “O multiculturalismo pode ser visto como um sintoma de transformações sociais básicas” (l.1) for reescrita da seguinte forma: Pode-se ver o multiculturalismo como um sintoma de transformações sociais básicas.

3 No trecho “a do politicamente correto” (l.2-3), foi omitido o vocábulo “ideologia”, do qual esse trecho funciona como aposto.

4 A conjunção “ou” (l.3) liga dois termos que se alternam sem se excluírem: “a do politicamente correto” e “como aspiração”.

- 5 O sinal indicativo de crase em “às diferenças” (ℓ.3) é facultativo, isto é, se não for usado, a sintaxe da frase continua correta.
- 6 No trecho “Conseqüência de (...) nela se baseia” (ℓ.3-7), o autor desenvolve a seguinte argumentação: o multiculturalismo decorre de misturas culturais e raciais provocadas por migração em várias partes do mundo e por estudos em várias áreas como antropologia, direito, lingüística, ciências sociais e humanas. Sinônimo de questionamento de fronteiras, põe em cheque o conceito de nação.
- 7 A forma reduzida “Visto como militância” (ℓ.7) pode, nesse contexto, ser substituída tanto por **Se for visto como militância** quanto por **Quando é visto como militância**.
- 8 Infere-se do trecho “Para a maior parte (...) nacionais” (ℓ.9-11) que a discriminação racial é cultivada não só por pessoas ou grupos, mas também pela maioria dos governos, que chegam a prender os diferentes, porque, segundo pensam, representam um perigo para a segurança da sociedade.
- 9 A conjunção “Mas” (ℓ.11) inicia um período que inclui o pensamento de que o multiculturalismo é um processo antigo e crescente, que tende a se expandir.
- 10 O adjetivo “nacionais” (ℓ.11) está no plural por referir-se a dois substantivos que se lhe antepõem; todavia, poderia, nessa posição, permanecer no singular, sem que com isso ocorresse erro de concordância.
- 11 Mantém-se a correção gramatical ao se substituir “há” (ℓ.11) por **tem-se**, sem necessidade de outras alterações.
- 12 O texto afirma que os EUA apresentam “especificidades” (ℓ.16) que favorecem o multiculturalismo de natureza “histórica, demográfica e institucional” (ℓ.16-17) e, nesse aspecto, esse país é comparável a outros, inclusive o Brasil, que também apresenta o mesmo fenômeno.
- 13 As “minorias nacionais autóctones” (ℓ.18) são uma referência a povos nativos, como os indígenas.
- 14 O sentido indefinido do pronome “algumas” (ℓ.19) é explicitado no decorrer do restante do texto.
- 15 Por suas características lingüísticas e discursivas, o texto se apresenta como expositivo-argumentativo.
- 16 Em linhas gerais, o texto constitui-se de três partes, representadas pelos três parágrafos: conceituação, apresentação da tese e explicitação da tese.

Julgue os fragmentos de texto apresentados nos itens a seguir quanto a pontuação, concordância, grafia e acentuação.

- 17 O multiculturalismo é hoje um fenômeno mundial, estimando-se que apenas de 10% a 15% das nações no mundo seja etnicamente homogêneo. Costuma, porém, ser considerado um fenômeno inicialmente típico dos Estados Unidos da América, por que este país tem especificidades que são favoráveis à sua eclosão.
- 18 Essa especificidade é histórica, demográfica e institucional. Outros países que não têm necessariamente as mesmas condições, no entanto, também apresentam esse fenômeno. Entre eles, citam-se Canadá, Austrália, México e Brasil, especialmente devido à presença de minorias nacionais autóctones por longo tempo discriminadas.
- 19 Mesmo na Europa haviam minorias que hoje reivindicam seu reconhecimento e, às vezes, de forma violenta, como no caso dos bascos na Espanha.
- 20 Conflitos e contradições também se encontram na França e na Alemanha. Na França, o caso do véu islâmico, fala por si só, e na Alemanha, a interminável discussão sobre a integração dos turcos e o direito à dupla nacionalidade volta sempre.

Itens adaptados. *Op. cit.*

1 Disse bem um amigo meu: São Paulo,
gastronomicamente falando, é de fato uma das cidades mais
interessantes do mundo. Quem quiser comer um *spaghetti al*
4 *pomodoro* realmente espetacular vai pagar uma fortuna ou terá
de fazê-lo em casa, se na arte for versado, ou recorrer a
amigos que o são. Não saberia dizer os números, mas passa
7 do milhar a quantidade de cantinas “genuinamente italianas”
que encontramos na cidade.

Os povos do Oriente também nos trouxeram
10 maravilhas e também essas foram sendo alteradas, ajustadas ao
nosso paladar caboclo. Onde está a genuína comida árabe?
É provável que um autêntico árabe, sírio, libanês ou turco lhe
13 responda que não se encontra. Tal qual nas famílias de
ascendência italiana, sempre existirá a grande avó que sabe ou
sabia preparar lautos banquetes. Restaurantes de comida árabe
16 até que não são tantos, se compararmos com os italianos, mas
quibe e *sfiha* você pode encontrar em todas as esquinas dessa
cidade. *Sfihas*, como *pizzas*, ganharam também os mais
19 espetaculares e estapafúrdios recheios. O indefectível catupiri
lá está. Mozzarella e tomate picadinho, *idem*. Quibe recheado
com queijo.

22 Continuemos no Oriente, agora no Japão. Verdadeiro
milagre, essa cozinha, que por essas terras chegou na mesma
época que a italiana, ganhou nos últimos 15 anos o *status* de
25 comida do dia-a-dia do paulistano. Saiu do bairro da Liberdade
e ganhou as ruas dos mais badalados bairros. Conheço muita
gente que não consegue passar uma semana sem uma bela fatia
28 de peixe cru, sem manipular com destreza um *hashi* e sem
recomendar uma iguaria especialmente desenvolvida para ele
por um *sushiman* cearense.

31 A comida chinesa adaptou-se muito bem às caçambas
de motoqueiros. Se pouca gente vai a um restaurante chinês,
muita gente a solicita pelo telefone. E aqui entramos em mais
34 um fenômeno paulistano: o *delivery*. Uma grande pizzaria da
cidade conta com perto de 40 motoqueiros para fazer suas
entregas durante o fim de semana. Um conhecido de meu pai
37 comentou com ele, bastante eufórico, que em seu condomínio,
localizado próximo da cidade de São Paulo, já era possível
pedir *pizza* no fim de semana.

40 Da riquíssima culinária judaica temos poucos
representantes, mas temos, apesar de o hábito de consumo dessa
cozinha estar de fato restrito às colônias. Zenaide e Rosa, da
43 Z-Delli, conseguiram abrir esse fechado círculo e se
transformaram nas grandes *idische-mamma* de milhares de
paulistanos.

46 Mas onde o paulistano se esbalda mesmo é na
churrascaria, as churrascarias-rodízio que conseguiram a
incrível façanha de convencer o comedor de churrasco que uma
49 saladinha vai bem. É quase incrível, mas o melhor lugar para se
comer uma boa salada em São Paulo é uma churrascaria.

Marcio Alemão. In: *Carta Capital*, 28/1/2004. Internet: <http://www.cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php>. Acesso em 7/3/2004 (com adaptações).

Com referência aos aspectos tipológicos e gramaticais do texto
ao lado — “Disse bem (...)”, julgue os itens subsequentes.

21 Caso os parágrafos do texto estivessem numerados em
ordem crescente de 1 a 6 e fosse feita uma mudança na
sua estrutura para a ordem 1-5-4-3-6, sem se considerar a
perda de informações, o texto continuaria coerente, bem
estruturado e encadeado.

22 A frase “Disse bem um amigo meu” (l.1) pode ser
reescrita como **Disse bem, meu amigo**, sem que haja
incorreção gramatical ou mudança de sentido.

23 Nas linhas de 3 a 6, há três possibilidades em alternância
para quem quer comer um *spaghetti* espetacular, sendo
que uma delas apresenta uma condição.

24 O emprego do pronome em “fazê-lo” (l.5) é um recurso
de substituição para referir-se a “*spaghetti al*
pomodoro” (l.3-4).

25 Em “que o são” (l.6), o vocábulo sublinhado é um
pronome cujo sentido se reporta ao que foi dito antes: ser
“espetacular” (l.4).

26 Antes do pronome relativo “que”, nas linhas 6 e 14, é
possível colocar-se uma vírgula para separar a oração
adjetiva explicativa.

27 O pronome “lhe” (l.12) é um indicativo lingüístico de que
o autor atribui a pergunta da linha 11 a uma terceira
pessoa, supostamente presente na interação verbal.

28 Na linha 41, não houve contração em “de o” porque “o”
faz parte do sujeito, que não deve vir preposicionado na
escrita-padrão.

Julgue os itens a seguir, referentes a redação de
correspondências oficiais.

29 O ofício é uma comunicação enviada apenas por
inferiores a superiores hierárquicos (no serviço público),
por autoridades a particulares e vice-versa, e caracterizada
por obedecer a certa fórmula epistolar e utilizar formato
específico de papel.

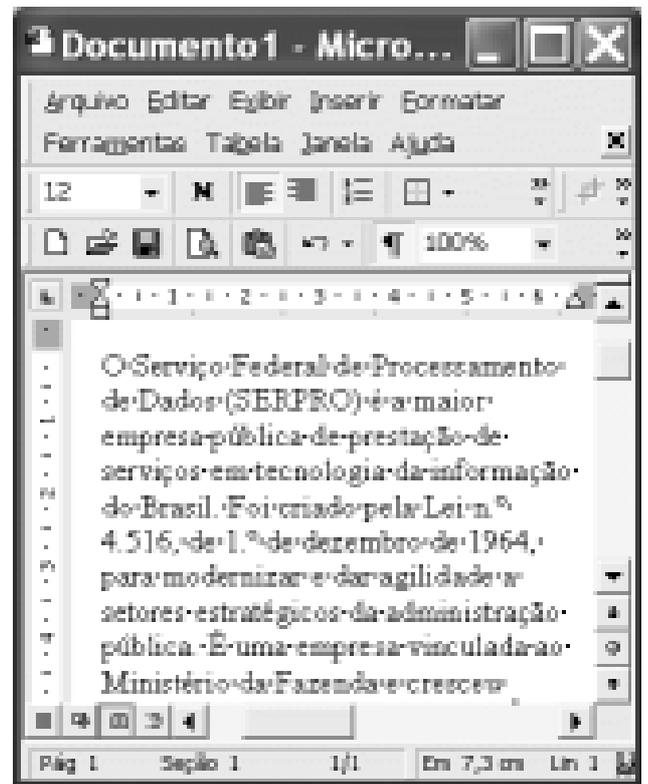
30 A diferença entre um atestado e uma certidão está no fato
de que apenas o primeiro pode ser expedido também fora
do serviço público.

Acerca do sistema operacional Linux, julgue os itens seguintes.

- 31 Linux é um sistema operacional dedicado a grandes sistemas computacionais constituídos de estações de trabalho, não podendo ser utilizado em computadores do tipo PC nem em *laptops*.
- 32 Caso se queira obter informações referentes aos nomes dos arquivos e diretórios armazenados em um determinado diretório D, é suficiente a execução, em D, da instrução `ls -a`.
- 33 Ao se executar na raiz do sistema o comando `find -name arq`, será realizada a operação de busca do arquivo de nome `arq` em todos os diretórios existentes no sistema.

Com relação a conceitos de Internet e a navegadores, julgue os itens que se seguem.

- 34 O acesso à Internet por meio de uma conexão ADSL exige que o navegador utilizado seja do tipo banda larga, ou seja, ele deve ter velocidade de processamento equivalente à taxa de transmissão requerida na rede, que é da ordem de 5 Mbps.
- 35 Informações no formato textual trafegam na Internet por meio do protocolo TCP/IP, enquanto informações de imagem e som trafegam por meio do protocolo UDP/FTP, que garante uma maior largura de banda para que essas informações possam ter uma maior probabilidade de atingir seus respectivos destinatários.
- 36 Um dos princípios utilizados na Internet é o denominado *best effort* — melhor esforço —, o qual estabelece que os fluxos de informação na rede realizam a melhor forma possível para chegar ao seu destino, em função das rotas definidas e da largura de banda que estiver disponível. Com essa filosofia, não há garantia de que os dados enviados por um usuário chegarão ao seu destino com sucesso, nem mesmo com garantia de qualidade de serviço.
- 37 O uso de certificado digital na Internet visa aumentar a integridade, a privacidade, a autenticação e o não-repúdio de uma informação.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.serpro.gov.br>, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 38 Considere o seguinte procedimento: selecionar o termo “SERPRO”; clicar o número na caixa ; digitar 14; teclar . Após essas ações, o termo selecionado ficará com o tamanho de fonte igual a 14.
- 39 Para se inserir a numeração de 1 a 10 nas linhas do documento mostradas, é suficiente selecionar as referidas linhas e, a seguir, clicar o botão .
- 40 Sabendo que ainda não foi efetuado o processo de salvamento do documento em edição, caso se clique o botão , será acessada a janela Salvar como, que permite associar o documento a um arquivo armazenado no disco rígido do computador.
- 41 Para se excluir o segundo período do texto mostrado, é suficiente clicar imediatamente antes de “Foi”, pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar imediatamente após “pública.”; teclar .



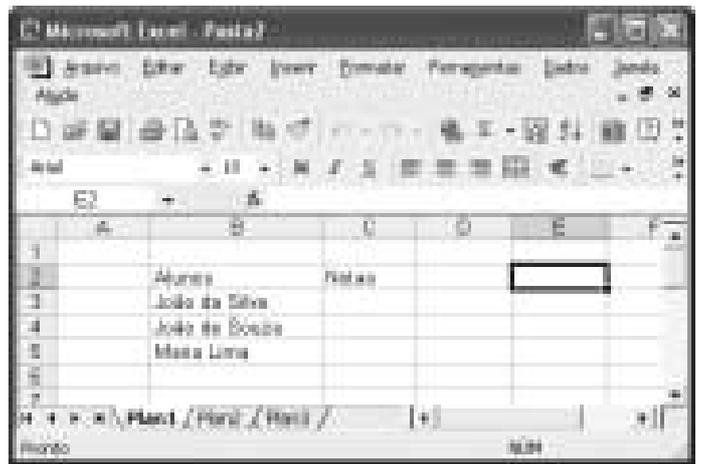
Considerando a figura acima, julgue os itens subsequentes, relativos ao OpenOffice Write.

- 42 Ao se clicar o botão , será habilitada a ferramenta de criação de gráfico em forma de *pizza*, que é automaticamente inserida no documento em edição.
- 43 O botão  permite acessar uma lista contendo diferentes tipos de documentos que podem ser criados na sessão atual do OpenOffice.



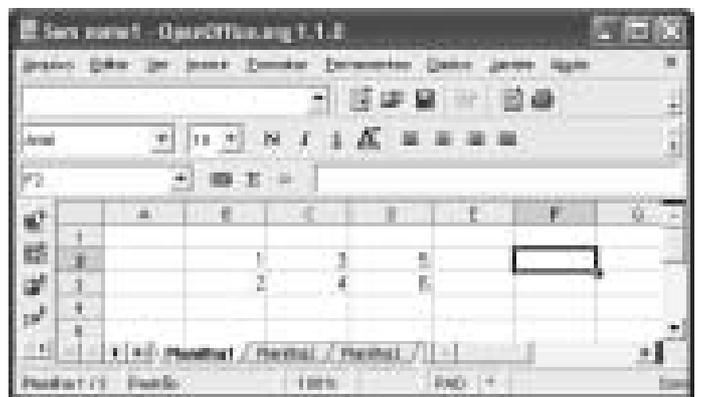
A figura acima mostra uma janela do Windows XP que contém alguns arquivos. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 44 Para se exibir todo o conteúdo da área de trabalho do Windows XP, é suficiente clicar o botão .
- 45 Ao final da seguinte seqüência de ações, o arquivo associado ao ícone  'Planilha Semestral' será aberto: clicar o referido ícone; clicar ; teclar **Enter**.
- 46 Caso seja aplicado um clique duplo no ícone  'Relatório Semestral', será aberto um documento do Word associado a esse ícone.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em edição, que deverá conter as notas de três alunos de um curso. Com relação a essa figura e ao Excel 2002, julgue os itens a seguir.

- 47 Para se inserir os números 9, 8 e 10 nas células C3, C4 e C5, respectivamente, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula C3; teclar **9**; teclar **Enter**; teclar **8**; teclar **Enter**; teclar **10**; teclar **Enter**.
- 48 Para se selecionar as células de B2 a B5, é suficiente clicar a célula B2, pressionar e em seguida liberar a tecla **Shift** e, em seguida, clicar a celular B5.



A figura acima mostra uma janela de um aplicativo para edição de planilhas eletrônicas do OpenOffice, com uma planilha em edição. Com relação a essa figura e ao aplicativo em questão, julgue os itens a seguir.

- 49 Para se selecionar todas as células da planilha, é suficiente clicar o botão , acima de **1** e do lado esquerdo de **A**.
- 50 Para se centralizar os conteúdos das células de B2 a D2, é suficiente clicar a célula B2, pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**, clicar D2, liberar a tecla **Shift** e, em seguida, pressionar simultaneamente as teclas **Ctrl** e **C**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com referência ao contrato individual de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 51** Não se admite o contrato individual de trabalho celebrado tacitamente, pois sua convalidação requer a explícita concordância do empregador.
- 52** Considerando que a regra geral de contratação é por prazo indeterminado, há limite temporal para a vigência do contrato individual de trabalho por prazo determinado, que não poderá exceder o prazo de dois anos.
- 53** Mesmo que denotando exceção à regra geral, admite-se a celebração do contrato individual de trabalho por prazo determinado na hipótese de empresa que desenvolva atividade de feição transitória.
- 54** O contrato de experiência poderá exceder o prazo de noventa dias quando for celebrado por escrito.
- 55** Com o intuito de proteger o empregado, evitando assim a prática de atos que objetivem desvirtuar ou mesmo fraudar a legislação trabalhista, somente se reconhece válida a celebração de novo contrato de trabalho por prazo determinado após o transcurso mínimo de seis meses da última avença, salvo se sua expiração dependeu de execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- 56** Considerando a diversidade das situações, a legislação trabalhista faz distinção entre o trabalho executado no estabelecimento do empregador e o praticado no domicílio do empregado, ainda que configurado o liame empregatício.
- 57** A subordinação jurídica, um dos elementos caracterizadores do liame empregatício, refere-se à limitação da autonomia de vontade do empregado, imposta pelo contrato de trabalho, de modo que a execução dos serviços se dê por meio de normas ou comandos que não sejam ditados pelo contratado.

Em relação aos sujeitos do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 58** Por serem dotadas de personalidade jurídica própria, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, ainda que mantendo a mesma direção, controle ou administração de outra, não respondem solidariamente em caso de inadimplência de uma das empresas.
- 59** A sociedade cooperativa, independentemente do ramo de atividade, será considerada empregadora de seus associados, desde que presentes os pressupostos reveladores do vínculo empregatício, notadamente a subordinação jurídica do associado em relação aos dirigentes da sociedade.
- 60** Os preceitos insertos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não se aplicam aos domésticos, ainda que os serviços prestados tenham feição econômica, desde que executados no âmbito residencial da pessoa ou da família.

Quanto à dispensa do empregado por justa causa, julgue os itens que se seguem.

- 61** Para configuração da justa causa, não se exige o requisito da atualidade, porquanto a gravidade de falta praticada pelo empregado, desde que autorizativa de sua demissão, não comporta perdão do empregador, ainda que tácito.
- 62** O empregador não necessita suportar prejuízos materiais para que a justa causa se configure.
- 63** O descumprimento de ordens gerais de serviço por parte do empregado tipifica o ato de insubordinação.

A respeito do aviso prévio, julgue os itens subseqüentes.

- 64** O aviso prévio é aplicável a todos os contratos de trabalho, inclusive nos de prazo determinado.
- 65** Por representar manifestação de vontade da parte que pretende rescindir o contrato de trabalho, a legislação exige que tal declaração seja externada sempre por escrito.
- 66** O aviso prévio será de, no mínimo, trinta dias. Todavia, poderá ser ampliado na proporção do tempo de serviço do empregado, na forma da lei.
- 67** Os reajustes salariais ocorridos durante o cumprimento do aviso prévio não alcançarão o empregado.

Acerca dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, julgue os itens seguintes.

- 68** Considera-se trabalho em condições de periculosidade aquele executado em contato permanente com inflamáveis, explosivos e energia elétrica.
- 69** O contato intermitente, ou seja, prestação de serviço descontínuo, entretanto, com constantes e previstas entradas em área de risco enseja o pagamento do adicional de periculosidade, em razão da sempre presente possibilidade de ocorrência de acidente.
- 70** Para eximir-se do pagamento do adicional de insalubridade, cabe ao empregador apenas fornecer aparelhos de proteção capazes de eliminar ou minimizar a incidência do agente danoso à saúde, dele não se exigindo que o empregado faça uso do equipamento fornecido.
- 71** É devido o adicional de insalubridade em decorrência da deficiência de iluminação no local da prestação de serviço.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a propósito de estabilidade decorrente de acidente de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 72** Rômulo, que, na condição de escriturário, era empregado de uma empresa prestadora de serviços de segurança, padecia de febre amarela. Ao ser demitido sem justa causa, requereu judicialmente sua reintegração ao emprego alegando, em razão da enfermidade mencionada, ser detentor da estabilidade acidentária. Nessa situação, em face da legislação de regência, a pretensão de Rômulo é improcedente, motivo pelo qual seu pleito deve ser indeferido.
- 73** Pedro sofreu acidente de trabalho, vindo, em decorrência desse fato, a se afastar do emprego durante 18 dias, bem como a perceber o auxílio-doença. Nessa situação, Pedro faz jus à estabilidade acidentária pelo período de doze meses após a cessação do auxílio-doença.

A propósito do FGTS, julgue os itens que se seguem.

- 74** A multa de 40% incidente sobre os depósitos do FGTS não é devida sobre os saques efetuados pelo empregado ao longo do pacto laboral.
- 75** Sobre as férias indenizadas não incide o FGTS.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a propósito do direito de greve, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 76** Roberto, líder sindical, convocou assembléia da categoria profissional a que pertencia, para decidir acerca da oportunidade do movimento grevista para exigir reajuste salarial, acenando, fundamentalmente, com a argumentação de que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada por alguns de Constituição Cidadã, restou assegurado ao trabalhador o amplo direito de greve. Nessa situação, a argumentação do líder sindical fundou-se em entendimento equivocado quanto ao alcance do direito de greve.
- 77** Lúcio, durante um movimento paredista, não sofreu desconto dos dias paralisados. Malgrado tal aspecto, o empregador não considerou, para efeito de antiguidade, o período relativo aos dias não-laborados. Nessa situação, o empregador de Lúcio agiu em desacordo com a lei, já que não houve o desconto dos dias paralisados.
- 78** No curso de um movimento grevista levado a efeito pelo sindicato da sua categoria profissional, Eduardo foi demitido. Nessa situação, assiste razão a Eduardo para impugnar a medida demissória, pois, durante a greve, é vedado ao empregador rescindir o contrato de trabalho do empregado.
- 79** Gurgel, proprietário da funerária PAX, com antecedência de exatamente 48 horas, foi comunicado — pela entidade sindical que congrega, entre outros, os empregados da referida funerária — da deflagração de movimento paredista da categoria. Nessa situação, caso o empregador requeira, no âmbito da justiça do trabalho, a decretação da abusividade do direito de greve de seus empregados em face do tempo de antecedência da comunicação, sua solicitação deverá resultar acolhida.

Em relação ao vale-transporte e ao auxílio-alimentação, julgue os itens subseqüentes.

- 80** Ainda que concedido na forma de que cogita a legislação de regência, o vale-transporte tem feição salarial, incorporando-se, assim, à remuneração do empregado para todos os efeitos legais.
- 81** Os empregados em domicílio não farão jus ao benefício do vale-transporte, ainda que este seja utilizado em deslocamento imprescindível à prestação do serviço ou mesmo para a percepção de salário.
- 82** Os empregados que estejam com o contrato de trabalho suspenso mercê da participação em curso ou programa de qualificação profissional poderão ser beneficiados pelas pessoas jurídicas favorecidas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), desde que tal participação não ultrapasse o período de cinco meses.
- 83** A parcela paga *in natura* pela empresa poderá ser incluída como salário de contribuição nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética em relação a salário e remuneração, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 84** Raimundo, proprietário de depósito de bebidas, aconselhado por Manuel, seu contador, decidiu não integrar ao salário de Marcela, sua empregada, o valor atinente às diárias decorrentes de viagem a serviço por ela recebidas que excedesse a 50% de seu salário. Nessa situação, erraram Raimundo e Manuel: este, por aconselhamento equivocado; aquele, pela consolidação do equívoco, pois, para o cálculo do salário, o valor das diárias recebidas por Marcela deveria ser considerado.
- 85** Clóvis, ao firmar contrato de trabalho, reputou inválida determinada cláusula contratual que fixava certa importância ou percentagem para atender globalmente vários direitos legais ou contratuais. Nessa situação, assiste razão a Clóvis, pois a circunstância revela a ocorrência de salário complessivo.
- 86** Embora sindicalizado, mas alegando não ter autorizado o sindicato a agir por ele, Vítor solicitou orientação jurídica quanto à possibilidade de impugnar judicialmente redução salarial prevista em acordo coletivo. Nessa situação, o responsável por prestar informações a Vítor deve ter em vista que, por violar frontalmente artigo da CLT, a redução salarial, embora prevista em acordo coletivo, é, sim, ilegal, já que lhe causou prejuízos.
- 87** Leonardo, proprietário de pequena lanchonete, não integrou ao salário dos garçons Francisco e Pedro os valores ofertados espontaneamente pelos clientes. Nessa situação, foi correto o procedimento de Leonardo, pois somente as gorjetas compulsoriamente cobradas pela empresa aos clientes poderiam incorporar-se aos salários de Francisco e Pedro.
- 88** Gustavo reclamou de seu empregador a integração ao seu salário, para todos os efeitos legais, de determinadas parcelas recebidas, tais como: previdência privada, vestuários e assistência médico-hospitalar fornecida via seguro-saúde. Nessa situação, a pretensão de Gustavo não encontra amparo legal.

Julgue os itens seguintes, relativos ao salário do menor e do aprendiz.

- 89** Ao menor não é permitido firmar recibos de salário sem a assistência do responsável.
- 90** Caso ocorra redução salarial na vigência do contrato de trabalho celebrado com menor, o prazo prescricional começa a contar a partir da aquisição da maioridade trabalhista e não da violação do direito.
- 91** O menor aprendiz, apesar da natureza especial de seu contrato de trabalho, poderá perceber remuneração inferior ao mínimo regional.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética em relação à estabilidade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 92** Roberta foi demitida sem justa causa quando se encontrava no primeiro mês de gravidez. Na homologação de sua rescisão contratual, o empregador recusou-se a reintegrá-la, alegando, para tanto, que norma coletiva prevê expressamente que, no caso de o empregador desconhecer o estado gravídico da empregada quando de sua dispensa, esta não tem direito à estabilidade própria da gestante. Nessa situação, a alegação do empregador foi correta, uma vez que em consonância com a Constituição e o direito sumulado do Tribunal Superior do Trabalho.
- 93** Sérgio, eleito representante suplente dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), foi demitido sem justa causa. Nessa situação, se for levada à apreciação da justiça do trabalho, a demissão de Sérgio será julgada inválida, posto que a hipótese em apreço é alcançada pela estabilidade prevista nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
- 94** Ronaldo, após ser eleito dirigente sindical, cometeu falta grave. A par disso, seu empregador o demitiu por justa causa. Inquérito judicial pertinente fora instaurado para apuração da aludida falta que, de resto, resultou comprovada. Todavia, o sindicato insistiu na ilegalidade do ato que motivou a demissão do empregado, aduzindo fundamentalmente que, apesar do resultado do inquérito, ainda assim Ronaldo era detentor de estabilidade a partir do momento do registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato. Nessa situação, não houve a ilegalidade argumentada pelo sindicato, uma vez que a natureza da falta cometida é excludente da estabilidade pretendida.

No que tange à alteração do contrato individual de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 95** Para a caracterização de alteração contratual lesiva ao empregado, faz-se necessária, obrigatoriamente, a ocorrência de prejuízos econômicos.
- 96** O ato exonerando o empregado da função de confiança ocupada por ele por um ano, com a conseqüente reversão ao cargo efetivo, não caracteriza alteração unilateral do contrato de trabalho, posto que revelador do chamado *jus variandi* imanente ao empregador.
- 97** O empregador estará obrigado a pagar adicional de transferência, em percentual nunca inferior a 25%, ao empregado que for transferido provisoriamente para localidade diversa daquela onde o contrato de trabalho foi celebrado.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética em relação à suspensão e à interrupção do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 98** Leonardo foi obrigado a se afastar do emprego por motivo de doença por dez dias consecutivos. Seu empregador não lhe pagou salário e, muito menos, computou como tempo de serviço o período pertinente aos dias de licença, argumentando que o contrato de trabalho encontrava-se suspenso. Nessa situação, foram corretas as decisões e a argumentação do empregador.
- 99** Maurício foi suspenso por seu empregador por 34 dias. A penalidade foi aplicada da seguinte forma: 10 dias consecutivos no primeiro mês e os 24 dias restantes no mês subsequente. Nessa situação, mediante requerimento, Maurício tem direito a demissão sem justa causa, em razão da invalidade da suspensão por período superior a 30 dias.

Em relação às comissões de conciliação prévia, julgue os itens subsequentes.

- 100** Considerando que a instituição de comissão de conciliação prévia revela-se como sendo mera faculdade, os representantes dos empregados membros da aludida comissão, titulares ou suplentes, não gozam de estabilidade provisória e, conseqüentemente, podem ser dispensados sem justa causa a qualquer tempo.
- 101** Com a provocação da comissão de conciliação prévia, o prazo prescricional para ajuizamento da reclamação trabalhista será suspenso. Recomeçando a fluir, pelo que sobejar, a partir da tentativa fracassada da conciliação ou do esgotamento do prazo de 10 dias para a realização da sessão de tentativa de acordo desde a provocação do interessado.

Julgue os itens seguintes, acerca de convenções e acordos coletivos.

- 102** A convenção coletiva não produz efeitos *erga omnes*, restando, portanto, limitado seu alcance aos contratos individuais de trabalho já em curso dos associados no âmbito de representação sindical.
- 103** Estarão sujeitos a multa os empregados e as empresas que firmarem contrato individual de trabalho fixando condições diversas daquelas estipuladas em convenção ou acordo coletivo que lhes for aplicável.

Acerca do trabalho do menor, julgue os itens a seguir.

- 104** O menor de 16 anos de idade está proibido de trabalhar em qualquer atividade, salvo quando ostentar a condição de aprendiz. Nessa hipótese, a proibição se restringe aos menores de 12 anos de idade.
- 105** O menor de 17 anos de idade não poderá prestar serviço em condições insalubres, ainda que devidamente autorizado por escrito pelos pais ou responsável.

No concernente ao trabalho extraordinário e noturno, julgue os itens seguintes.

- 106** Por representar parcela de feição indenizatória, o adicional noturno não integra o salário do empregado para efeito de pagamento das férias.
- 107** Em atividades insalubres, a legislação autoriza a prorrogação da jornada de trabalho mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

108 Por meio de acordo escrito firmado entre empregado e empregador ou de contrato coletivo de trabalho, se admite a prorrogação regular da jornada de trabalho em número não superior a 2 horas.

109 O percentual remuneratório da jornada extraordinária fixado em contrato individual de trabalho não prevalece sobre aquele estabelecido em acordo coletivo de trabalho ainda que naquele se revele superior.

Julgue os itens seguintes, que se referem à organização sindical.

110 A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da pluralidade sindical porquanto autoriza expressamente a criação de mais de um sindicato representativo da categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

111 Diversas são as teorias que definem a natureza jurídica do sindicato. Entretanto, a Constituição da República outorga ao sindicato natureza de direito público, já que, ao ostentar a condição de defensor dos direitos dos trabalhadores, está jungido ao Estado.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética em relação à equiparação salarial, seguida de uma assertiva a ser julgada.

112 Bruno buscou perante o departamento de pessoal do estabelecimento comercial para o qual presta serviço equiparação salarial com Danilo, empregado de empresa diversa, contudo, pertencente ao mesmo grupo econômico. Nessa situação, caso queira, o empregador de Bruno poderá negar-lhe a equiparação pretendida, sob o fundamento de falta de amparo legal.

113 Jurema contestou judicialmente a validade do quadro de carreira adotado pela empresa para a qual trabalha, argumentando que o referido quadro não inviabiliza a equiparação salarial perseguida por ela, porquanto prevê promoção apenas pelo critério de merecimento. Nessa situação, assiste razão a Jurema.

No concernente às férias, julgue os itens que se seguem.

114 Mesmo em se tratando de férias coletivas, a conversão de um terço do período de férias a que tiver jus o empregado em abono pecuniário poderá ser alcançada mediante requerimento individual do empregado ao empregador.

115 Perderá o direito a férias o empregado que, durante o período aquisitivo, tiver percebido da previdência social auxílio-doença por mais de seis meses, ainda que descontínuos.

116 O empregado está proibido de prestar serviço a outro empregador durante o período de férias, salvo na hipótese em que, em face de contrato de trabalho regularmente firmado com aquele, estiver obrigado a fazê-lo.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética em relação à segurança e higiene do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

117 André recusou-se a utilizar equipamento de proteção fornecido por seu empregador, argumentando que não foram atendidos os requisitos legais, uma vez que não constava no equipamento a indicação de que fora aprovado pelo INMETRO. Nessa situação, a argumentação de André foi improcedente, pois não existe a referida exigência. Nesse sentido, é bastante que o equipamento em questão conte com certificado de aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

118 Solano e Carlos, embora prestem serviço em pé, requereram ao seu empregador fossem disponibilizados assentos para serem utilizados por eles durante as pausas que o serviço tolerasse. Nessa situação, caso queira, o empregador não precisa atender à solicitação dos empregados, uma vez que ela carece de amparo legal.

Com referência ao inquérito judicial para a apuração de falta grave, julgue os itens seguintes.

119 O empregado estável acusado de cometimento de falta grave deverá, imediata e obrigatoriamente, ser suspenso de suas funções para que o empregador possa instaurar inquérito judicial para apuração da falta grave imputada ao trabalhador.

120 Na hipótese de ajuizamento do competente inquérito para a apuração de falta grave, apenas o empregador, com suporte na distribuição do ônus probatório inerente às partes, terá direito, se assim o desejar, a indicar seis testemunhas, cabendo ao empregado a designação de apenas três.

Em relação à despedida indireta, julgue o item a seguir.

121 Entre as hipóteses permissivas da rescisão indireta do contrato de trabalho não se insere aquela em que o empregado corre perigo manifesto de mal considerável, já que tal circunstância poderá ser suplantada com o pagamento de adicional correspondente.

Quanto à força maior no direito do trabalho, julgue o item abaixo.

122 A imprevidência do empregador exclui a invocação de força maior.

No que tange ao turno de revezamento, julgue os itens que se seguem.

123 A jornada de trabalho ininterrupta em turnos de revezamento de 6 horas não será descaracterizada pelo fato de o empregador conceder repouso e alimentação dentro de cada turno.

124 É válida a fixação de jornada de trabalho superior a 6 horas por meio de negociação coletiva, mesmo que a empresa esteja sujeita ao sistema de turno ininterrupto de revezamento.

Em relação à fiscalização trabalhista, julgue o item abaixo.

125 Entre as pessoas habilitadas a comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego acerca das infrações que constatar nas empresas estão inseridos apenas os funcionários públicos federais, já que legislar sobre direito do trabalho é competência exclusiva da União.

PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Obedeça ao limite de extensão determinado. Na prova discursiva, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de texto definitivo da prova discursiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** o texto com assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A fuga das coerções morais e políticas européias do tempo do absolutismo político e da intolerância religiosa engendrou duas formações culturais americanas no período colonial: a via puritana, transportada da Inglaterra aos Estados Unidos da América, e a via laica, aberta no Brasil pela colonização portuguesa.

A cultura laica exerceu na origem da civilização brasileira a função de tempero dos valores: a dupla função de auferir, por um lado, a dose correta dos múltiplos valores que compõem a cultura humanista — espirituais, religiosos, ideológicos, estéticos, lúdicos e mundanos — e, por outro, de impedir que um determinado valor exerça seu imperialismo sobre os padrões de comportamento, à moda dos fundamentalismos do fim do século XX, ideológicos, políticos, religiosos e outros.

A tolerância como padrão de comportamento corresponde ao que há de fundamental na cultura brasileira, aquela mesma tolerância reivindicada pelos humanistas da Renascença em nome da própria natureza humana com base no princípio segundo o qual, sendo a natureza humana universal, universais são igualmente os valores do humanismo. Outros valores advindos de interesses, idéias, ideologias e religiões tanto podem conviver com os valores humanistas quanto eliminá-los. Essa última hipótese conduz a desastres da civilização. A tolerância forjou um Brasil feito do cruzamento de povos e civilizações. Em nenhum país do mundo o aporte em grande monta de raças e culturas distintas amalgamou a sociedade de forma tão espontânea e natural como no Brasil.

Sem esquecer o encontro dos três troncos raciais da sociedade brasileira, o preto, o branco e o índio, voltemos nossa atenção para a imigração moderna dos séculos XIX e XX. Povos e raças distintos vieram estabelecer-se no Brasil em proporções que configuram movimentos de massa. Entre os mais numerosos estão portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, japoneses, chineses e árabes. Nenhuma dessas matrizes étnicas e culturais prevaleceu, contudo, sobre a matriz laica da cultura colonial brasileira. Esta se manteve e se impôs durante quinhentos anos, havendo realizado uma espécie de digestão mágica de todas as outras matrizes.

A unidade social é plural, ou seja, composta de muitos seres, e heterogênea, ou seja, com influências culturais de várias matrizes. O elemento congênito e perene da linha de evolução, a cultura laica, engendrou o perfil tolerante, alegre, convivente e aberto da civilização brasileira. Por isso mesmo, com uma capacidade de assimilação de diferenças que não se verifica em nenhuma outra grande nação sobre a face da terra em torno do ano 2000.

Participação. Brasília: DEX/UnB, ago./2001, p. 13-4 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema.

PERFIL DO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: PLURALIDADE CULTURAL E CONVIVÊNCIA PACÍFICA

RASCUNHO

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |